



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Educação Ambiental Popular como concepção formativa: entremeares da Extensão, Ensino e Pesquisa

Lisiane Costa Claro¹

Universidade Federal do Tocantins – UFT
<https://orcid.org/0000-0003-3113-1380>

Roberta Avila Pereira²

Universidade Federal do Rio Grande
<https://orcid.org/0000-0002-5360-5148>

Resumo: A Educação Ambiental Popular (EAP) contribui à formação num horizonte humanizador, potencializando relações de solidariedade e compromisso pela justiça socioambiental. O texto apresenta o processo de constituição de educadores ambientais populares em formação inicial e continuada por meio da Hermenêutica enquanto caminho epistemológico, viabilizando a leitura compreensiva das relações entre a extensão, ensino e pesquisa com base na proposta do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) da Universidade Federal do Rio Grande. Considera-se que a EAP como eixo articulador formativo, instiga a redefinição de suas bases num horizonte criativo e transformador da esfera pedagógica, epistêmica e social. Esta redefinição garante o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, reinserindo a extensão no espaço de fundamental potência à pesquisa e ao ensino.

Palavras-chave: Educação Ambiental Popular. Formação. GEFEAP.

¹ Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e da Saúde - PPGFCS da Universidade Federal do Tocantins e do Curso de graduação em Pedagogia do Câmpus de Tocantinópolis. Membro do Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) da Universidade Federal do Rio Grande. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação e Artes (GEPHEA) da Universidade Federal do Tocantins. e-mail: lisiane.claro@mail.uft.edu.br.

² Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Pesquisadora do Grupo sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP/FURG). Extensionista pelo Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior - PAIETS/FURG. Co-tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos. e-mail: robertapereira108@gmail.com.

La Educación Ambiental Popular como una concepción formativa: trenzas de la extensión, enseñanza e investigación

Resumen: La Educación Ambiental Popular (EAP) contribuye a la formación en un horizonte humanizador, mejorando las relaciones de solidaridad y compromiso con la justicia social y ambiental. El texto presenta el proceso de constitución de educadores ambientales populares en la formación inicial y continua a través de la hermenéutica como un camino epistemológico, que permite una lectura integral de las relaciones entre extensión, enseñanza e investigación basada en la propuesta del Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) de la Universidade Federal do Rio Grande (FURG). EAP se considera como un eje articulador formativo, que instiga a la redefinición de sus bases en un horizonte creativo y transformador de la esfera pedagógica, epistémica y social. Esta redefinición garantiza el principio de inseparabilidad entre la enseñanza, la investigación y la extensión en la universidad pública, reinsertando la extensión en el espacio de poder fundamental para la investigación y la enseñanza.

Palabras clave: Educación ambiental popular. Formación. GEFEAP.

Popular Environmental Education as Formative Conception: Extension, Teaching and Research

Abstract: Popular Environmental Education (PEP) contributes to formation in a humanizing horizon, enhancing relationships of solidarity and commitment to social and environmental justice. The text presents the process of constitution of popular environmental educators in initial and continuous formation through Hermeneutics as an epistemological path, enabling a comprehensive reading of the relations between extension, teaching and research based on the proposal of Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) in the Universidade Federal do Rio Grande (FURG). PEP is considered as a formative articulating axis, instigating the redefinition of its bases in a creative and transformative horizon of the pedagogical, epistemic and social sphere. This redefinition guarantees the principle of inseparability between teaching, research and extension in the public university, reinserting extension in the space of fundamental power for research and teaching.

Keywords: Popular Environmental Education. Formation. GEFEAP.

DIÁLOGO INICIAL

A Educação Popular enquanto concepção, abordada no campo da Educação Ambiental, possibilita a emergência de uma proposta de Educação Ambiental Popular. Dessa forma, trata-se de uma proposta relevante para teorizar as experiências vinculadas ao tornar-se docente e sujeito educador – ambiental (e/ou) popular –. Nesse âmbito, considera-se que a Educação Ambiental Popular (EAP) viabiliza uma formação num horizonte de abertura as diversas formas de reivindicar a vida, ao questionamento, à problematização. Configura-se enquanto resistência aos projetos sociais hegemônicos opressores, atrelados e fomentados aos modelos educacionais de cunho tradicional; a EAP possibilita outras relações mais horizontais da humanidade entre si e com a natureza.

Nesse rumo, o estudo busca compreender o processo de formação de pesquisadores/educadores³ ambientais populares com base na produção de conhecimentos atrelados ao Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Desse modo, questiona-se: Como o âmbito da Educação Ambiental Popular pode contribuir na formação de pesquisadores/educadores e docentes articulando extensão, ensino e pesquisa?

O caminho epistemológico e metodológico da abordagem Hermenêutica (Pereira, 2016 e Ricoeur, 2014) contribui ao entendimento para além das publicações do GEFEAP, mas possibilita a emergência e o reconhecimento de aspectos invisibilizados sob as lentes de uma racionalidade instrumental que polariza as formas de conhecer e produzir conhecimento.

Com efeito, acredita-se que assim como há a contribuição dos saberes da Educação Ambiental Popular no campo dos Fundamentos da Educação, os conhecimentos emergentes desse espaço instigam a redefinição das bases formativas num horizonte mais humanizador, questionador e problematizador, sensível, (cri) ativo e transformador em múltiplos sentidos.

A seguir, destaca-se a relação entre a Formação docente, a formação de sujeitos pesquisadores/educadores ambientais populares com base no escopo mais amplo que constituem a Educação Ambiental, a Educação Popular e, por fim, a proposta da Educação Ambiental Popular. Logo, apresenta-se o GEFEAP enquanto um contexto formativo, destacando sua ontogênese, vinculada ao tripé extensão, ensino e pesquisa, sua organização, suas produções e seus movimentos capazes de representar os desdobramentos à formação docente e de sujeitos pesquisadores/educadores.

FORMAÇÃO DOCENTE, CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS PESQUISADORES/EDUCADORES E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR.

De acordo com Veiga (2006), a formação docente, vincula-se à Didática em suas dimensões humana, técnica e político-social tendo como fenômeno o ensino. Desse ponto de partida, reconhece como inerente a si alguma intencionalidade pedagógica. Ao evidenciar a formação inicial, compreende-se que os cursos de graduação em licenciatura devem possibilitar a desconstrução da polarização entre os fundamentos teóricos e as práticas docentes ao longo do processo formativo, preconizando as relações inerentes ao

³ Autonomia. (considerando essa relação indissociável)

escopo educativo.

Muitas vezes esse desafio é enfrentado por meio de reformas curriculares, via proposição de metodologias mais participativas de ensino, com a construção de processos formativos baseados em narrativas, entre outras possibilidades. Por outro lado, apontam Moreira e Vieira (2014, p. 146):

Apesar do que se conhece da investigação sobre a importância de interligar intimamente os programas de formação de professores com as diversas comunidades e sobre a utilização dos membros das comunidades como formadores de professores, nos dias de hoje muitos programas continuam a funcionar como se a tarefa de preparar professores fosse sobretudo uma questão de estar sentado numa sala de aula na universidade, ler ou discutir coisas.

Um outro caminho para a superação do problema apontado pelas autoras, está na direção de uma formação mais integral, holística, que reconheça sua complexidade, sobremaneira, humanizadora. A realização de projetos educativos que constitua uma formação docente com o embasamento pedagógico é fundamental à constituição docente e deve possibilitar ir além do tema sobre os processos vinculados ao fenômeno do ensino. Isso tudo, ainda que se reconheça a imprescindibilidade desse objetivo na formação pedagógica docente.

Nessa perspectiva, se reconhece que no âmbito da academia a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode ampliar a constituição não apenas docente, mas cidadã dos sujeitos que a experienciam. Infere-se que os cursos de licenciatura precisam reconhecer que têm um espaço privilegiado para realizar essa articulação visto que, sob uma concepção mais integral da formação pedagógica, podem superar os modelos dicotômicos que historicamente fragmentam os saberes e hierarquizam os conhecimentos.

Assim, mesmo enquanto estudantes dos cursos de graduação nas licenciaturas, ao longo do processo formativo, podem constituírem-se enquanto educadores (as). É preciso pontuar que “ser docente” é diferente de “ser educador (a) popular”, embora ambas as assunções exijam processos formativos e possam estar interligadas. Para Freire, de acordo com Cunha (2008), a docência é constituída não somente por uma habilitação legal, mas abarca a consciência de sua condição em ação.

Freire (1987) bem demonstra, em sua proposição educativa, vinculada a concepção da Educação Popular, a necessária articulação entre o formar-se professor (a) e educador (a) num sentido progressista, libertador, rumo à transformação social num horizonte mais

solidário e humano. O autor apresenta a compreensão de que os educadores libertadores não são missionários, tampouco técnicos, nem somente “professores” mas deveriam tornar-se cada vez mais militantes (tomando o sentido político arraigado à palavra).

Assim, ser educador não requer uma habilitação formal, com grau escolar em nível superior, o que não significa dizer que não haja um processo de formação desse sujeitos sociais; isso porque a constituição de educadores se dá no movimento das lutas pelo direito de “ser mais” – no seu sentido ontológico, da vocação de ser mais humano, humanizando (-se) com o “outro” no mundo (*ibidem*) –. A ação de tornar-se docente para Freire tem a ver com “sua responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política por sua formação permanente” (FREIRE, 1997, p.9).

O entendimento acerca da formação docente enquanto processo que repercute no contexto da Educação Popular, viabiliza a ampliação do seu aspecto conceitual rumo à formação humana pautada na autonomia como possibilidade de libertação, defendida por Freire (2002): “a pedagogia da autonomia nos apresenta elementos constitutivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana.” (p. 7). Com efeito, o processo formativo docente, amparado na epistemologia de base crítica presente na Educação Popular, concebe a tarefa educadora enquanto possibilidade de transformação dos sujeitos e, por isso, da sociedade.

Associando essa concepção com a trajetória da Educação Ambiental, mesmo que essa tenha emergido no contexto Europeu com a preocupação de cunho capitalista pelo término das “riquezas naturais” (demonstrando a objetificação e mercantilização da Natureza), ao adentrar no contexto dos países latinoamericanos (esses, com as experiências nutridas pelos movimentos sociais populares, suscitando o que chamaríamos de Educação Popular) apresenta outras formas de ler e fazer o mundo. Isso por meio da prática social de resistência à lógica hegemônica.

Contudo, no âmbito acadêmico, considera-se mais recente a teorização acerca dessas alternativas de enfrentamento aos modelos opressores, os quais afetam socioambientalmente diferentes grupos, que clamam pautas como as de desigualdades de classe, questões referentes ao gênero, orientação sexual, questões raciais e étnicas, por exemplo, expressas nas multiplicidades dos movimentos sociais populares.

De alguma maneira, esse movimento mais tardio no campo da pesquisa vinculado à Educação Ambiental, assim como no campo dos estudos sobre a Educação Popular, atinge à formação docente pela escassa permanência de estudos que tomem como base tais enfrentamentos no escopo das propostas de ensino **com-desde-pelos** sujeitos que

constituem essas experiências. Ainda sobre o bojo dos estudos na área, mais especificamente da Educação Ambiental:

Nenhum campo de conhecimento sobre nenhuma área da realidade pode se consolidar à margem da pesquisa. [...] Não se percebe, porém, uma mudança radical na direção dos ventos que sopram sobre a Educação Ambiental. Isso provoca, entre outras consequências negativas, que os discursos dominantes sobre a educação e sobre o ambiente continuem primando, sem encontrar suficientes e bem-sustentadas vozes que os impugnem e desafiem (GONZALES-GAUDIANO; LORENZETTI, 2009, p. 207).

Com base na leitura que os autores apresentam sobre o contexto dos países da América Latina e do Brasil, aposta-se numa proposta de pesquisa que parta do – ou ao menos dialogue com o – contexto extensionista, relacionado com o ensino. O GEFAP, como vemos a seguir, nasce com essa postura e repercute na formação dos (as) educadores (as) ambientais e populares que nele se constituem. Porém, ainda é preciso fazer alguns destaques importantes aos fundamentos da prática formativa docente e educadora com base nos caminhos da Educação Ambiental e da Educação Popular. As pesquisas que integram e emergem esse espaço, são elaboradas por meio dos “saberes da Educação Ambiental e Popular”.

Quando abordam-se os “saberes da Educação Ambiental e Popular”, refere-se a um horizonte na contramarcha das opressões, que enfatiza as leituras de vida dos “esfarrapados do mundo”⁴, dos povos originários e tradicionais, dos movimentos sociais populares, dos negros e negras, das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras, dos que clamam por justiça social e ambiental e dos que buscam práticas de humanizar-se em meio a um cenário de desumanização.

Sobre esses últimos, concebendo que a prática docente e educadora é ideológica, destacam-se os docentes que vêm atuando em meio aos retrocessos que se expressam desde a negligência da diversidade representada na tentativa de calar as pautas de identidade de gênero e orientação sexual, chegando às propostas de “escola sem partido” – reveladoras da imposição da lei da mordaca. Cabe lembrar os chamados “professores invisíveis” no termo cunhado por Moreira (2015), para reivindicar a visibilidade dos sujeitos sociais que agindo nos seus contextos, entre os desafios cotidianos permeados por precariedades, injustiças e desigualdades, encontram na experiência a inventabilidade de

⁴ Freire (2002), apresenta que os esfarrapados do mundo são os sujeitos alijados dos direitos básicos e que sofrem as consequências da lógica opressora.

soluções locais, pelo trabalho coletivo.

Acredita-se que o horizonte da Educação Ambiental Popular possibilita a busca pela constituição do que Santos (2016) denomina enquanto Epistemologias do Sul, compreendendo-as enquanto uma ecologia de saberes pautados na justiça social, ambiental e cognitiva, que considera a multiplicidades dos saberes sem hierarquizá-los. Outrossim, Freire (1986, 2002) reafirmou ao longo de sua vida e obra a inexistência de “saberes mais” ou “saberes menos”, mas sim, diferentes.

Até aqui, acompanhou-se a relação da concepção de Educação Popular e o propósito de uma Educação Ambiental de cunho problematizador e reflexivo, que reconhece a pluralidade das formas de vida no mundo em contraposição ao domínio hegemônico e opressor. Entretanto, verifica-se a pluralidade no bojo da Educação Ambiental e acredita-se que a legitimidade dessas tantas vertentes ocorre na medida em que apontam caminhos necessários e urgentes à existência humana, justa, digna com o outro, com e no mundo.

Na busca por demarcar tantas formas de se fazer e teorizar a Educação Ambiental, é válido, demarcarmos uma possibilidade por meio da compreensão da “Educação Ambiental Popular”. O termo surge no México em 1987, quando da criação de uma Rede que buscava um espaço dialógico entre educadores populares que recorriam a elaboração de uma outra racionalidade, de cunho ambiental (PERALTA, 1997). Segundo Barbosa (2002), essa proposta configurou-se por meio da *Red de Educación Popular y Ecología – REPEC*, que surgiu como proposta de membros vinculados ao *Consejo de Educación de Adultos de America Latina – CEAAL*.

Retomar esses movimentos que organizam o escopo dos estudos no horizonte da Educação Ambiental e Popular, trata-se de um exercício que vêm alargando a pauta que constitui o Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular. De maneira em que esta retomada, junto as práticas articuladas à extensão e ao ensino, vem promovendo uma formação de sujeitos educadores ambientais e populares compromissados com a própria prática, como será possível acompanhar na sequência.

A ONTOGÊNESE DO GEFEAP COMO ÂMBITO FORMATIVO

O Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular, GEFEAP/FURG, propõe-se à a abordagem dos Fundamentos da Educação Ambiental e da Educação Popular, comprometendo-se à compreensão das aproximações existentes entre

essas concepções educativas no horizonte de uma Educação Ambiental e Popular. Assim, trata-se de um espaço formativo que se constitui por pesquisadores-docentes voltados a um projeto popular de sociedade, capaz de resenhar o âmbito científico bem como da educação com base na dialogicidade e na constituição de relações mais horizontais entre a natureza e ser humano e da humanidade entre si.

As linhas do grupo são as seguintes: a) Ações afirmativas no Ensino Superior: acesso e permanência de estudantes de origem popular, b) Educação do Campo, c) Formação de educadores populares, d) Hermenêutica e Educação Ambiental Popular e, e) Ontologias, Epistemologias e Metodologias da Educação Ambiental.

A primeira vista, é possível que se destaquem a quantidade de linhas de pesquisa, contudo, ao se conhecer a gênese do grupo é esclarecida sua organização e relação entre as linhas. O GEFEAP emerge da necessidade de reunir um espaço de partilha acerca de todos os estudos originários do trabalho no âmbito da Extensão. Esse trabalho ocorre por meio do Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior – PAIETS –, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Portanto, o GEFEAP é um grupo de pesquisa tem sua ontogênese na Extensão Universitária.

O PAIETS, simboliza a busca pela humanização e por um projeto social justo através da Educação. Trata-se de um movimento extensionista que emerge das ações-editandas (Freire, 2002) por meio da experiência germinal de cursos pré-universitários populares na cidade do Rio Grande/RS no início dos anos 2000. Com o passar dos anos, novas experiências foram constituídas em distintos bairros periféricos. No ano de 2007 foi aprovado o Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior, enquanto um Programa de Extensão contemplado no edital PROEXT 06/2007, visando contribuir na criação e manutenção de diversos cursos voltados à luta de ingresso das camadas populares almejando a democratização do acesso ao Ensino Superior e Técnico.

O programa naquele contexto, reunia as iniciativas no horizonte da Educação Popular, propondo a partilha dos êxitos e das dificuldades existentes nos distintos cursos. Mais que isso, a proposta, em suas ações primevas, buscava fortalecer as experiências na luta pelo acesso à universidade, respeitando a autonomia de cada pré-universitário em seus contextos.

O PAIETS já atuou em cinco frentes: 1) No acesso ao Ensino Superior junto aos Pré-Universitários Populares e acesso à pós-graduação. 2) Na retomada à educação básica junto a Jovens e Adultos (das comunidades tradicionais de pesca artesanal e da comunidade LGBT, nas quais o PAIETS surge como parceiro de organização). 3) Na

permanência de sujeitos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas no espaço acadêmico. 4) Na formação docente da rede pública junto a EJA. 5) No diálogo intercultural junto aos imigrantes senegaleses em Rio Grande/RS.

Neste sentido, como a primeira frente de atuação, o PAIETS agrupou e ainda reúne cursos Pré-Universitários Populares e Pré-IF (Institutos Federais, com o foco no ensino médio técnico), configurando-se enquanto um movimento articulador entre as comunidades urbanas periféricas, e um curso na zona rural numa comunidade de pesca artesanal, por meio da busca ao direito do ingresso das camadas populares nos espaços de privilégio.

Na busca pelo acesso à Universidade, acadêmicos de graduação, pós-graduação, além de docentes e colaboradores graduados, desenvolvem práticas educativas de diferentes áreas do conhecimento o que auxiliam a realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Atualmente, além do acesso aos cursos técnicos e de graduação, o PAIETS também contribui para o ingresso nos programas de pós-graduação da universidade pública.

Ainda sobre a primeira frente, estão vinculados ao programa 07 cursos Pré-Universitários Populares no município do Rio Grande/RS, que estão em desenvolvimento nas vilas e bairros populares da cidade. Além disso, há um curso presente no município de São José do Norte/RS, um em Capão do Leão/RS e outro em Santo Antônio da Patrulha/RS.

Além disso, cabe ressaltar o contexto Cultura da Paz que atuou em 2016 e 2017 com pessoas em privação de liberdade; foi um ambiente educativo que visava a reinserção social e o ingresso à universidade, no horizonte da justiça restaurativa.

Em relação à reivindicação pela permanência dos sujeitos oriundos das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas no espaço acadêmico, desde 2012, em coerência com a Lei nº 12.711/2012, que trata da Política de Cotas, o PAIETS Indígena e Quilombola surgiu enquanto uma demanda voltada ao acolhimento e a Permanência de estudantes indígenas e quilombolas. Neste sentido, as práticas do Programa visam realizar um acompanhamento desses estudantes por meio de oficinas. Esses encontros emergem a partir da demanda em relação aos desafios enfrentados pelos educandos ao adentrar a Universidade, trabalhando a partir das suas necessidades, para uma melhoria no seu desempenho enquanto graduando.

Sobre a retomada pelo acesso ao ensino básico, o programa de extensão Universitária também promoveu, com a colaboração de parcerias das secretarias

municipais e estaduais, práticas educativas em zonas periurbanas e rurais com o Ensino de Jovens e Adultos de comunidades de pesca artesanal. Além disso, o projeto Manas na Escola, realizado junto a demanda da comunidade LGBT, por meio da Associação LGBT de Rio Grande em parceria com a Prefeitura, buscou um espaço de compartilhamento de saberes com o foco em travestis e transexuais do gênero feminino, tendo em vista a grande evasão da escola devido às dificuldades e preconceitos sociais.

O Programa junto ao Curso Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, ofertou a formação em nível de aperfeiçoamento, no espaço de formação permanente com educadores da EJA, da rede pública municipal e estadual de Rio Grande, São Lourenço do Sul e Capão do Leão. Trata-se de um curso voltado à formação continuada de educadores da Educação de Jovens e Adultos – EJA, onde são realizados mensalmente encontros em círculos de cultura. A metodologia orientadora dos encontros com os participantes vinculados ao projeto, divididos em pequenos grupos, partiu da compreensão que a prática educativa precisa ser repensada e ressignificada através do local onde “os pés pisam”.

Uma outra frente de atuação de extensão vinculada ao programa foi o PAIETS Imigrantes: diálogos interculturais que buscaram estabelecer um diálogo com os imigrantes senegaleses em Rio Grande/RS. Através do reconhecimento da presença destes imigrantes no município, objetivou-se o reconhecimento das manifestações culturais possibilidades de aprendizagens outras, através da escutatória freireana. Com efeito, nesta frente de luta do programa, foi reafirmada a importância destes imigrantes e suas dimensões de vida como aprendizagens no horizonte da Educação Popular.

Atualmente, o PAIETS está desenhado pela busca do acesso ao ensino superior, tanto na graduação, quanto pós-graduação; no ingresso ao Ensino Técnico de Nível Médio no âmbito Público. Também continua atuando na permanência no Ensino Superior, por meio do PAIETS Indígena e Quilombola.

Nessa proposta extensionista, muitos sujeitos educadores populares passaram a constituir-se enquanto pesquisadores com base na sua própria prática junto aos seus grupos de atuação (tais como: nos pré-universitários; nos contextos da EJA; nas propostas de permanência e etc.). A pesquisa no contexto do PAIETS surgiu, sobretudo, como uma forma de registro das propostas e das vivências desses participantes, sendo eles: educadores dos pré-universitários e das demais frentes, coordenadores de cursos, bolsistas PROEXT e bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos.

A pesquisa no PAIETS emerge como um campo de sentidos na busca de compreensões das vivências educativas. Enquanto espaço de teorização das leituras de mundo vai nutrindo as manifestações da existência humana no horizonte de relações mais integrais.

O PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmicos se origina das demandas quanto à formação do PAIETS na concepção da Educação Popular. O Programa de Educação Tutorial trata-se de um grupo de bolsistas de graduação que tem como o foco a qualificação dos cursos de graduação. O PET Conexões de Saberes, surgiu em 2009 com o foco na interdisciplinaridade, possibilitando “conexões” entre os distintos saberes, reivindicando a transformação social e universitária com base na aproximação entre os espaços acadêmicos e comunidades. Essa aproximação é feita por meio dos temas considerados historicamente, no campo científico, enquanto periféricos (negritude, questões de gênero, saberes populares e tradicionais, grupos étnicos-raciais, entre outros).

O PET desenvolve as atividades com base no ensino em diálogo com a extensão e a pesquisa, buscando reforçar o tripé da Universidade. Dessa forma, 12 estudantes de diversos cursos de graduação atuam como bolsistas nos contextos do PAIETS, potencializando a formação da Educação Popular nesses espaços. Os petianos desenvolvem seus estudos com base nos seus locais de inserção (que compõem o PAIETS), de maneira em que contribuam para o espaço educativo e para a produção científica na Educação Popular; isso, enquanto forma de comunicar os desdobramentos do trabalho coletivo.

Havendo a necessidade de reunir, reconhecer e fortalecer as pesquisas realizadas no contexto do PAIETS (e, do mesmo modo, do PET) e, ainda, dos estudantes que ingressavam na pós-graduação (oriundos do PAIETS e PET) é criado o GEFEAP. O grupo constitui-se como um espaço formativo de sistematização destas experiências, mas também de incentivo à abertura de outros tantos espaços e possibilidades de estudos em Educação Popular e Educação Ambiental e suas aproximações, com horizonte no campo dos fundamentos.

Desse modo, é possível observar nas linhas de pesquisa que integram o grupo os desdobramentos com a Extensão e nas temáticas abordadas. O GEFEAP, a partir dos espaços do campo junto aos povos tradicionais, Educação Jovens e Adultos (EJA), espaços de acesso e permanência das camadas populares e dos povos tradicionais na Universidade pública, nutre-se e encontra horizontes compreensivos no campo da pesquisa.

Neste rumo, as linhas “a” e “c”, acolhem estudos sobre processos de permanência e ingresso no espaço da academia, onde a maioria emerge dos contextos dos pré-universitários populares, vinculados ao PAIETS. Estes contextos são espaços onde os pesquisadores (muitos vinculados a graduação e alguns, pós-graduação) atuam como educadores populares e nesse espaço teorizam sobre suas experiências e demais vivências comuns a esse contexto.

A formação dos educadores destes cursos (os quais, em sua autonomia quanto às formas de organização, têm em comum a perspectiva de Educação Popular) é realizada pelo PAIETS. Portanto, os pesquisadores vinculados as linhas de Ações afirmativas no Ensino superior: acesso e permanência de estudantes de origem popular e Formação de educadores populares, são educadores extensionistas. Outrossim, estes estudos buscam compreender o âmbito acadêmico junto ao ingresso das camadas populares e grupos historicamente marginalizados e seus desdobramentos no campo da Ciência e Educação, num sentido dialógico e crítico.

A linha de pesquisa “b”, está vinculada a parceria com o Projeto Educação para pescadores, a qual foi estabelecida em 2008 a partir da retomada da educação básica por meio da EJA nos ensinos fundamental e médio nas comunidades de pesca artesanal da região: Ilha dos Marinheiros; Ilha da Torotama e Taim. Em de 2017, iniciou-se a atuação com a comunidade da Ilha da Torotama como contribuição ao ingresso no ensino superior, enfatizando a proposta educativa da Educação do Campo como contraponto ao ruralismo pedagógico, concepção opressora com suas raízes nos poderes locais vinculados à lógica agroexportadora e mercadológica.

Nesse sentido, a linha de pesquisa de Educação do Campo, está pautada fundamentalmente na construção de estudos que reconheçam as tantas maneiras de estar e ser no mundo, com base nas populações tradicionais. As representações, as questões vinculadas à Natureza, as relações produtivas e sociais são temas que perpassam essa pauta e, portanto, estão arraigadas a problematização da prática educativa no âmbito do Campo em suas várias facetas.

O próprio conceito de Campo é redimensionado, ao buscar contemplar uma proposta educativa que vá além dos espaços em que o Movimento Por uma Educação do Campo mais se consolidou. Dessa maneira, a linha de pesquisa provoca a reflexão e reinvenção da prática do educador do Campo – viabilizando sua reconstrução permanente em diálogo com a Educação Ambiental e Educação Popular.

As duas últimas linhas de estudos, “d” e “e”, correspondem aos subsídios teórico-metodológicos que respaldam as ações do grupo, abordando concepções ecológicas (com a Ecologia Cosmocena), da Educação Ambiental e Popular por meio de leituras hermenêuticas como horizonte compreensivo. Nesse horizonte, há os estudos desenvolvidos nessas linhas que se relacionam com formas compreensivas do fazer docente, além de essas mesmas leituras com base interpretativa, instigarem propostas de ensino com ênfase na estética, nas manifestações culturais dos estudantes, práticas pedagógicas que valorizem os saberes múltiplos, as diversas relações com o ambiente e com a vida em suas tantas vertentes e leituras de mundo.

Apesar das especificidades, todas as linhas do GEFEAP, possibilitam a articulação entre o campo da Formação Docente e dos Fundamentos da Educação, mantendo como elemento comum, a base dos saberes da Educação Ambiental Popular. Na medida em que a dimensão da pesquisa encontra viabilidade no terreno da extensão é possível a emergência de novas posturas e possibilidades de ensino, de modo que o sentido praxiológico no campo da Educação assuma sentido.

Consideramos a conduta hermenêutica fenomenológica, pois concordamos que o viés compreensivo se traduz como a “outridade do pensamento científico” (PEREIRA, 2016), portanto, reivindicando outras possibilidades de produção do conhecimento no âmbito da pesquisa. Além disso, consideramos a Hermenêutica pois busca compreender o mundo como texto a ser lido e a conduta Fenomenológica pois, de inspiração ricoueriana, realiza o exercício de afastamento e reaproximação no que se refere às possibilidades e processos de entendimento – inclusive do “si-mesmo”, pensando no “sujeito pesquisador” (RICOEUR, 2014).

Neste horizonte compreensivo, realizamos uma leitura interpretativa dos temas de publicação, bem como das abordagens anunciadas em cada linha de pesquisa do GEFEAP, enfatizando a primeira e terceira linhas de pesquisas, que assumem de maneira mais evidente a proposta da formação docente no campo dos saberes da Educação Ambiental e Popular.

Ao realizamos este “mapeamento compreensivo” do grupo em relação aos seus campos de estudo, buscamos reconhecer o perfil dos pesquisadores e estudantes do mesmo. O grupo é constituído por docentes pesquisadores de quatro universidades federais brasileiras (UFT, UFMT, Unipampa, UFRGS), por um Instituto Federal (IFRS) e por pesquisadores da *Universidad de Guadalajara*, tendo ainda parceria com o *Ministerio da*

Educación de Nicaragua (MINED). Os docentes atuam em Programas de Pós-Graduação em Educação, nas linhas de fundamentos e de formação docente.

Os estudantes, atuam nos espaços da extensão e do ensino, articulados ao âmbito da pesquisa e assumem relevância na esfera da formação de educadores ambientais e populares. Desses últimos, 13 estudantes são educadores em formação inicial, atuando e pesquisando nos contextos de pré-universitários populares, de extensão e educação ambiental, nos espaços da EJA, e em ações educativas voltadas à permanência nos espaços acadêmicos. Os pós-graduandos, mestrandos e doutorandos, voltam-se aos estudos sobre a formação docente e os fundamentos da Educação Ambiental e Popular em diversos contextos, tais como: na Educação Profissional, no Campo, nos Movimentos Sociais Populares, entre outros.

Como significativos resultados, identificamos a crescente presença dos saberes da Educação Ambiental e Popular nas publicações que articulam a necessidade de repensar os fundamentos educativos no campo da formação docente – que tem profundas marcas do legado positivista, o qual pretende a “neutralidade” do pesquisador, afetando o campo da educação e travestindo-se de novos discursos, com as velhas manobras da opressão que caminha rumo à criminalização docente, por exemplo –.

As publicações estão vinculadas em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais na área da Educação, destacando-se os campos da Educação Ambiental e da Educação Popular. Além disto, os textos ocupam espaços pertinentes em periódicos qualificados desde as revistas voltadas à extensão, até veículos com diversos indexadores relevantes ao campo educativo. Em 2017, destacamos uma publicação fruto de um convite do *Ministerio da Educación de Nicaragua* realizado à liderança do GEFEAP que realizou uma inserção formativa junto aos educadores de toda rede de ensino da Nicarágua, com a temática: *Situación y desafíos de la formación y capacitación de docentes*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos espaços ocupados pelos pesquisadores/estudantes/educadores do GEFEAP, consideramos que a formação docente, é um campo que se abre para a reivindicação de novas abordagens e problematização acerca dos fundamentos de cunho mais tradicional, rumo às outras possibilidades de elaboração do conhecimento. Apostamos que os saberes da Educação Ambiental Popular, representam um caminho viável a esta articulação.

Ao realizar a pesquisa a partir das ações extensionistas é possível rever os fundamentos neste campo educativo, possibilitando o surgimento de novas possibilidades de bases formativas e formas de ensino. Deste modo, por meio da articulação da pesquisa ao ensino e à extensão, promove-se no campo da educação uma nova possibilidade de fazer ciência ao enfatizar enquanto cenário de pesquisa espaços de sujeitos oprimidos historicamente: uma ciência que não tolhe os modos de ser e estar no mundo, mas que encontra viabilidade de reconstrução nas esferas materiais e culturais.

Por meio do olhar compreensivo realizado, identifica-se que os desdobramentos da articulação entre extensão-pesquisa-ensino são basilares na formação dos de pesquisadores/educadores e docentes do GEFEAP. Portanto, considera-se que a formação docente no grupo de pesquisa é um campo que se abre para a reivindicação de novas abordagens e problematização acerca dos fundamentos de cunho mais tradicional, rumo às outras possibilidades de elaboração do conhecimento.

Defende-se que a proposta da Educação Ambiental Popular, representa um caminho viável a esta articulação. A EAP aposta em outras maneiras de educar pois contempla a conduta histórica; haja vista que busca fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam postas em debate, entendidas, interrogadas e incorporadas na sociedade, bem como nas manifestações culturais.

Desse modo, considera-se que a EAP enquanto concepção que acolhe outras formas de manifestação e expressão de vida, auxilia na construção de fundamentos capazes de contribuir com a visibilidade dos “saberes outros”, bem como contribui para a formação docente em um sentido mais humano e com compromisso socioambiental. Ao ser trabalhada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a EAP reafirma o princípio da indissociabilidade que a universidade pública tem enquanto dever, ressignificando o espaço da extensão para a produção dos conhecimento e para a elaboração de um ensino que vá para além da sala de aula – mas que evidencie e faça questionar: o que se ensina, para quem se ensina, por quê se ensina.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Malba Tahan. **Educação Ambiental Popular: A experiência do centro de vivência Agroecológica CEVAE/TAQUARIL**. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Digitalizada por Coletivo Sabotagem, 2002. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf>. Acesso: 02.mar.2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia não** – Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GONZALEZ-GAUDIANO, Edgar; LORENZETTI, Leonir. **Investigação em Educação Ambiental na América Latina**: mapeando tendências. Educ. rev. [online]. 2009, vol.25, n.3, pp.191-211. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018

MOREIRA, Maria Alfredo.;VIEIRA, Flávia. Formar professores para a diversidade linguística nas escolas portuguesas: necessidades, possibilidades e intervenção. In; MOREIRA, Maria Alfredo. ZEICHNER, Ken (orgs.) **Filhos de um Deus menor**: diversidade linguística e justiça social na formação de professores. Ramada. Edições Pedagogo, 2014.

PERALTA, Joaquín Esteva. Ambientalismo y educación. **Hacia una educación popular ambiental en América Latina**. Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Guadalajara, 1992.

RICOEUR, Paul. **O Si-Mesmo como Outro**. Tradução: Inove C. Benedetti. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014

PEREIRA, Vilmar Alves. **Hermenêutica e Educação Ambiental no contexto do pensamento pós-metafísico**. 1ª ed. Juiz de Fora, MG: Garcia edizioni, 2016.

Submetido em: 26-11-2019

Publicado em: 17-12-2019